



Processo nº 48000.000964/2012-26

CONTRATO Nº 32/2012–MME

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, QUE CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA E A EMPRESA DISBRAVE – DISTRIBUIDORA BRASÍLIA DE VEÍCULOS S/A.

A **União**, por intermédio do **Ministério de Minas e Energia**, inscrito no CNPJ sob n.º 37.115.383/0001-53, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, cidade de Brasília-DF, neste ato representado por seu **Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, Marcelo Cruz**, portador da portador da Cédula de Identidade n.º 761561 - SSP/DF e CPF n.º 316.297.171-34, com fundamento no inciso VIII do Artigo 42, do Regimento Interno da Secretaria Executiva/MME aprovado pela Portaria GM/MME n.º 144 de 23.06.2006, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2006, publicada no diário Oficial da União de 26 de junho de 2006, doravante denominado simplesmente **Contratante** e, de outro lado, a empresa **Disbrave - Distribuidora Brasília de Veículos S/A**, inscrita no CNPJ sob n.º 00.001.388/0002-26, estabelecida na SEPN Q. 503, Conjunto A, S/N – Parte A Térreo, CEP: 70730-510, Asa Norte, na cidade de Brasília-DF, aqui representada por seu **Diretor, Senhor Yoshime Suguieda**, portador da Cédula de Identidade n.º 084.597 – SSP/DF e CPF n.º 001.772.451-15 e **Gerente Financeiro, Senhor Arivan Evangelista Alves**, portador da Cédula de Identidade n.º 978.045 – SSP/DF e CPF n.º 149.972.151-04, daqui por diante denominada **Contratada**, têm entre si, justo e avençado e celebram o presente **Contrato de Fornecimento de Combustível**, que tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do **processo administrativo** supra mencionado, **Pregão Eletrônico nº 20/2012**, regendo-se o mesmo pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000; Instrução Normativa/IN/SLTI/ MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010; Instrução Normativa/IN/SLTI/MPOG n.º 02, de 30 de abril de 2008 e suas alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 no que couber e com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais disposições aplicáveis, bem como pelas condições do Edital referido, pelos termos da proposta e pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para o fornecimento de combustível (Item II – Óleo Diesel Comum), por demanda**, para abastecimento do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial Ministério de Minas e Energia, em Brasília/DF, durante o exercício de 2012 e subseqüente, conforme especificações constantes do **Anexo I** do Edital.

Subcláusula Única - São partes integrantes deste Instrumento como se nele transcrito:

- a) Termo de referência e seus Anexos;
- b) Proposta da Contratada, datada de **16/08/2012**, com os documentos que a compõem;
- c) Correspondências trocadas entre o Contratante e a Contratada sobre o objeto desta contratação, bem como os demais elementos e instruções contidas no processo em referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ABASTECIMENTO, RECEBIMENTO E GARANTIA DOS COMBUSTÍVEIS.

Para o fornecimento de combustíveis, por demanda, observadas as especificações e quantificações, a Contratada deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Termo de Referência – **Anexo I** do Edital, e ainda:

a) Óleo Diesel Comum para o Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial

O Óleo Diesel Comum destinado ao Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Contratante será fornecido pela Contratada no Posto de Abastecimento, mediante Autorização de Entrega assinada pelo Fiscal do Contrato.

Subcláusula Primeira - A Contratada deverá garantir a qualidade mínima do combustível fornecido, e ficará sob sua inteira responsabilidade quaisquer prejuízos causados ao Ministério decorrentes da utilização do combustível, além das sanções previstas neste Instrumento e demais cominações legais;

Subcláusula Segunda - Ressalvada a competência da Agência Nacional de Petróleo, o combustível poderão ser objeto de pedido de análise técnica laboratorial no caso de dúvida quanto à qualidade do combustível fornecido. Nessa situação o pagamento ficará condicionado às aferições e comprovações necessárias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LOCALIZAÇÃO DOS POSTOS DE COMBUSTÍVEIS

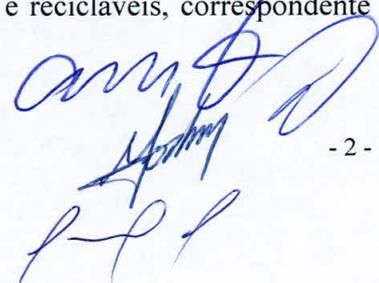
Os postos de abastecimento da Contratada para cumprimento do Contrato deverão observar o que se segue:

- a) A localização do posto de combustível (Óleo Diesel Comum) não deverá ser maior que **15 (quinze) quilômetros** do Ed. Sede do Ministério de Minas e Energia, sito à Esplanada dos Ministérios, Bloco “U”, em Brasília-DF;
- b) Os postos participantes deverão funcionar continuamente, pelo menos no horário compreendido entre **06horas e 23horas**, durante todos os dias da semana, inclusive feriados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Subcláusula Primeira - Aplicar as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis, correspondente aos ao Termo de Referência, Anexo I, do Edital;



Subcláusula Segunda - Fornecer produtos e combustíveis de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO;

Subcláusula Terceira - Utilizar materiais preferencialmente reciclados e na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma sustentável e que não agridam o meio ambiente;

Subcláusula Quarta – Descartar a utilização de materiais cujo processo de fabricação é poluente ao ar atmosférico, a água, ao solo ou gera poluição sonora;

Subcláusula Quinta - Utilizar preferencialmente materiais, cujos fornecedores ou fabricantes, evidenciem o uso racional da água, inclusive a sua reutilização após tratamento;

Subcláusula Sexta - Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo tanto de água quanto de energia, conforme instituído no Decreto nº 48.138/03.

Subcláusula Sétima – Visar economia na utilização de máquinas, equipamentos e ferramentas contribuindo para a redução do consumo de energia, bem como na utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, bem como evitar o uso de extensões elétricas, em conformidade com a Lei de eficiência energética nº 10.295/01, Decreto nº 4.131/02, Portarias INMETRO nº 289/06 e nº 243/09.

Subcláusula Oitava - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento;

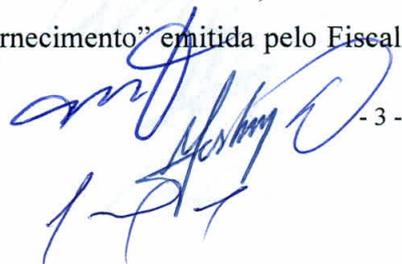
Subcláusula Nona - Fornecer aos empregados os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que se fizerem necessários para a execução de serviços, tais como: capacete, protetor auricular, protetor facial, óculos de segurança, máscara antipoeira e gases, luvas, aventais, etc., bem como se houver a necessidade, dos Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's);

Subcláusula Décima – Orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa de separação de resíduos sólidos, e resíduos recicláveis descartados, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, de acordo com a Lei nº 12.305/10 e Decreto nº 5.940/06. Dê preferência a embalagens reutilizáveis ou biodegradáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações específicas da Contratada, sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e ao fornecimento de combustíveis nele previsto:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento contratado, de acordo com o Termo de Referência, as Cláusulas Contratuais, a Legislação vigente, a sua Proposta, os critérios de Sustentabilidade Ambiental, bem como, observância das orientações do Contratante;
- b) Abastecer os veículos do Contratante com produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações e normas da Agência Nacional do Petróleo – ANP e INMETRO;
- c) Fornecer os combustíveis sempre que solicitados, no período diurno e/ou noturno;
- d) Fornecer o combustível somente com a “Autorização de Fornecimento” emitida pelo Fiscal do Contrato;



- 3 -

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações integralmente de acordo com o Termo de Referência e Anexos, as Cláusulas Contratuais, as normas pertinentes, a proposta, bem como, todas as orientações do Contratante;
- b) Promover o acompanhamento e fiscalização do contrato sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do mesmo;
- c) Relacionar-se com a Contratada exclusivamente através de pessoa por ela credenciada (preposto);
- d) Comunicar a Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas no Termo de Referência e neste Contrato, determinando as medidas necessárias à sua imediata regularização;
- e) Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada, conforme artigo 10, Inciso II, da Instrução Normativa/IN/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008;
- f) Aplicar, por atraso ou inexecução parcial ou total do objeto deste Termo de Referência, as sanções administrativas previstas e fundamentadas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, sem prejuízo das responsabilidades civil, criminal e outras previstas na legislação em vigor;
- g) Efetuar os pagamentos na forma estabelecida no respectivo Contrato, devendo verificar a regularidade do recolhimento dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento;

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR LEGAL DO CONTRATO

Pelo fornecimento de combustível objeto deste Contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de R\$ 13.667,75 (Treze mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), para o período de 12 meses, conforme detalhado:

Item	Combustível	Quantidade de (litro)	Preço Unitário Referência do MME (R\$)	Preço Total Referência do MME (R\$)	Desconto Proposto (%)	Preço Unitário com Desconto (R\$)	Preço Total com Desconto (R\$)
02	Óleo Diesel Comum	7.000	2,0995	14.696,50	7,00%	1,9525	13.667,75
VALOR TOTAL							13.667,75

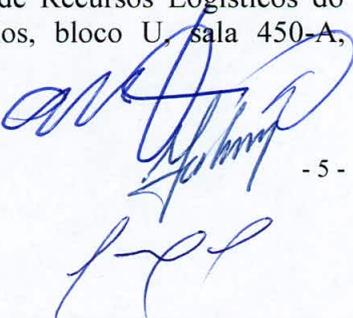
Subcláusula Primeira – Os preços unitários aplicado na tabela acima são passíveis de majoração, na medida em forem reajustados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Subcláusula Segunda – Os percentuais de descontos deverão ser aplicados sobre o preço médio mensal estabelecido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Subcláusula Terceira – O percentual de desconto deverá ser mantido durante todo o tempo de vigência do Contrato, salvo se a Contratada oferecer um valor de percentual de desconto maior do que o inicialmente contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO

O objeto desta contratação será faturado para a Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, situada à Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, Brasília/DF, CEP 70.065-900, CNPJ 37.115.383/0005-87.



Subcláusula Única – O nº do CNPJ constante no documento de cobrança deverá ser o mesmo constante na Nota de Empenho, sendo que nesta constará o nº do CNPJ informado na proposta comercial.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas, no valor total de R\$ 13.667,75 (Treze mil, seiscentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), ocorrerá por conta do recurso orçamentário cuja classificação é a seguinte: programa de Trabalho 25122211920000001, PTRES 046806, Natureza de Despesa 33.90.30, UGR 320016.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS E REVISÃO DOS PREÇOS

Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência, direta ou indireta, do Contrato ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. O Contratante, quando fonte retentora, descontará dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, recolhendo-os nos respectivos prazos legais.

Subcláusula Primeira – Na apresentação da proposta deverá ser levado em conta, os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) incidentes sobre o fornecimento, não cabendo qualquer reivindicação resultante de erro nessa avaliação, para o efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

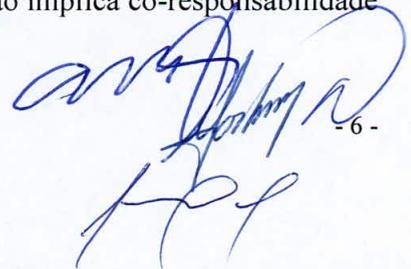
Subcláusula Segunda – Uma vez apurado, no curso da contratação, que a empresa vencedora acresceu indevidamente a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou parafiscais e emolumentos de qualquer natureza não incidentes o fornecimento, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e reembolso ao Contratante dos valores porventura pagos à Contratada, atualizados monetariamente.

Subcláusula Terceira – Se, no decorrer do prazo de vigência do Contrato até o pagamento ocorrer qualquer dos seguintes eventos: criação de novos tributos; extinção de tributos existentes; alteração de alíquotas; instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços, a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém, de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO

A Fiscalização e o acompanhamento do Contrato serão exercidos por representante do Contratante, legalmente habilitado e previamente designado por intermédio da CGRL/SPOA/SE/MME para desempenhar a função de Fiscal do Contrato, o qual competirá dirimir, junto à empresa, as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento de combustíveis, conforme determina o art. 67 da Lei. Nº 8.666/93.

Subcláusula Primeira – A Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive resultante de vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior no objeto ofertado, e na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos.



-6-

Subcláusula Segunda – A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para outras entidades.

Subcláusula Terceira – A responsabilidade da Contratada pelo fornecimento não será reduzida ou alterada em decorrência da existência da Fiscalização do Contratante.

Subcláusula Quarta – A ação ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada da total responsabilização pelo fornecimento contratado.

Subcláusula Quinta – Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a Fiscalização do Contratante:

- a) Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
- b) Sustar qualquer fornecimento que esteja sendo realizado em desacordo com as especificações técnicas ou do Contrato, ou que possa atentar contra a segurança de pessoas ou bens do Contratante ou de terceiros.

Subcláusula Sexta - O Fiscal do Contrato deverá exigir o cumprimento de todos os itens constantes das Cláusulas Contratuais e da proposta da Contratada.

Subcláusula Sétima – A Contratada deverá prestar o fornecimento descrito neste Contrato, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da fiscalização, a qual se compromete, desde já, submeter-se.

Subcláusula Oitava – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas por escrito à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério de Minas e Energia, em tempo hábil para adoção das medidas saneadoras.

Subcláusula Nona - O servidor especialmente designado anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, dando ciência à Contratada e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

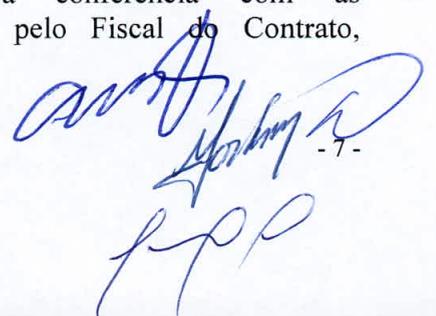
Subcláusula Décima - A Contratada deverá indicar um preposto que, se aceito pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, a representará na execução do Contrato, promovendo obrigatoriamente as correções, reparações ou substituições, que se fizerem necessárias, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento do objeto do Contrato, conforme preceitua o Art. 68, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à Contratada, **no prazo máximo de até 30 (trinta) dias** da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, calculada com o valor do preço médio mensal do combustível do mês da entrega, pesquisado junto a Agência Nacional de Petróleo - ANP com aplicação do percentual do Desconto registrado no Contrato, após a conferência com as “Autorizações/Requisições de Fornecimento/Entrega” e atestadas pelo Fiscal do Contrato, observado o disposto na Lei nº 4.320/64.



-7-

Subcláusula Primeira – A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada de todas as requisições de fornecimento correspondentes, sem rasuras.

Subcláusula Segunda - No caso de constatação de erros ou irregularidades no documento fiscal, o prazo de pagamento será suspenso e somente voltará a fluir após a apresentação de nova fatura correta. Para efeito da contagem do prazo de pagamento, a fatura será considerada aprovada se não for impugnada, por escrito, até o 5º (quinto) dia útil da sua apresentação.

Subcláusula Terceira - Os pagamentos referidos neste item serão efetuados por meio de ordem bancária, na conta corrente da Contratada sob o nº **433.002-1**, da agência **3382-0, Banco do Brasil S/A**, contra apresentação da Nota Fiscal emitida pela Contratada, devidamente atestada pelo Setor competente do Contratante.

Subcláusula Quarta – Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá estar regularizada junto a Fazenda Nacional, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e as Fazendas Estadual e Municipal do seu domicílio ou sede, cuja situação será comprovada mediante consulta *on line* no SICAF e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

Subcláusula Quinta - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de sanção administrativa ou inadimplência Contratual.

Subcláusula Sexta - A Contratada não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes do Contrato a ser assinado, sendo-lhe permitido, entretanto, dá-los em garantia de operações de financiamento, mediante prévia anuência do Contratante, não se admitindo, porém, cobrança por intermédio de terceiros, sob pena de multa e rescisão contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, será adotada para o expurgo a variação do IGP/DI no mês de apresentação da proposta, pro rata relativamente ao prazo para pagamento, conforme dispõe o art. 6º do Decreto n.º 1.110/94.

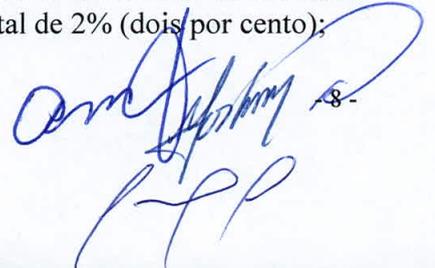
Subcláusula Oitava - Dos pagamentos devidos à Contratada, o Contratante descontará:

- a) A importância das multas porventura aplicadas em função da falta de combustível;
- b) Quaisquer outros débitos da Contratada para com o Contratante, independentemente de origem ou natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a Contratada incorrer em inexecução total ou parcial de qualquer das condições previstas neste Contrato ou ainda qualquer documento que o integre, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe as seguintes penalidades:

- a) Advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b) Multa moratória diária de **0,1%** (um décimo por cento) sobre o valor total do Contrato em caso de atraso na sua assinatura, limitada ao montante total de 2% (dois por cento);



- c) Multa de **2%** (dois por cento) do valor total da fatura mensal, por cada Autorização de Abastecimento direcionada para outro posto, cuja distância do Contratante seja superior a definida no Termo de Referência **Anexo I** deste edital, até o limite de 30% (trinta por cento);
- d) Multa de **1%** (um por cento) do valor total do contrato, por descumprimento de cada Autorização de Abastecimento, por falta de combustível, até o limite de 30% (trinta por cento);
- e) Multa de **1%** (um por cento) do valor total do contrato, por cada Autorização de Abastecimento, realizada com combustível comprovadamente fora das especificações da ANP, até o limite de 30% (trinta por cento);
- f) Multa de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, quando o inadimplemento ensejar a rescisão contratual, bem como no pagamento de indenização por eventuais prejuízos causados à Administração pela inexecução do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- g) Multa de **10%** (dez por cento) do valor total do Contrato, nos casos de descumprimentos de quaisquer obrigações não previstas acima;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Contratante, depois de ressarcidos os prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada na alínea anterior.

Subcláusula Primeira - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

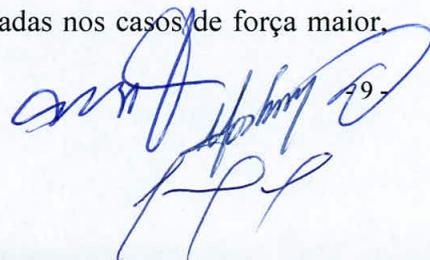
Subcláusula Segunda - O(s) valor(es) da(s) multa(s) poderá(ao) ser descontado (s) do pagamento devido à Contratada, ou ser recolhido(s) em conta única do Tesouro Nacional, através de GRU, indicada pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Contratante, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União; ou ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

Subcláusula Terceira - As sanções administrativas previstas no Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, garantida a prévia defesa.

Subcláusula Quarta - As multas poderão ser reiteradas e aplicadas em dobro, sempre que repetir-se o motivo, não podendo ultrapassar a 30% do valor do Contrato, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos.

Subcláusula Quinta - A causa determinante da multa deverá ficar plenamente comprovada e o fato a punir comunicado por escrito pelo Contratante à empresa Contratada, após o regular processo administrativo.

Subcláusula Sexta - As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nos casos de força maior, devidamente comprovado, a critério do Contratante.



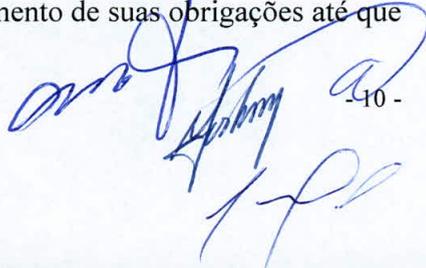
Subcláusula Sétima - O prazo para apresentação de recurso das penalidades aplicadas é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.

Subcláusula Oitava - As sanções aplicadas serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão do presente Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas Contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas Contratuais, especificações ou prazos;
- c) A lentidão de seu cumprimento, levando o Contratante a comprovar a impossibilidade da execução das obrigações assumidas dentro da regularidade e prazos exigidos;
- d) O atraso injustificado no início da execução Contratual;
- e) A paralisação da execução contratual sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante;
- f) A subcontratação total ou parcial de seu objeto, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem o serviço objeto deste Contrato.
- g) O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como às de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução das obrigações assumidas, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que prejudique a execução deste Contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada o Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- m) A supressão, por parte do Contratante, do fornecimento contratado, acarretando modificação do valor inicial deste Contrato além do limite permitido no § 1º, do art. 65, da Lei nº 8.666/93, sem prévio acordo entre as partes;
- n) A suspensão do atendimento, por ordem escrita do Contratante por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Contratante decorrentes do fornecimento ou parcelas deste já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;



-10-

- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste Contrato.
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Subcláusula Primeira - Os casos de rescisão Contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula Segunda - A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos itens “a” a “l” e “p” desta Cláusula;
- b) Amigável por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o Contratante;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

Subcláusula Terceira - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Subcláusula Quarta - Quando a rescisão ocorrer com base nos itens “l” a “p” desta Cláusula, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo serviço licitado até a data da rescisão Contratual;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no artigo 77, da Lei federal n.º 8.666/93.

Subcláusula Única – A rescisão poderá se dar a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

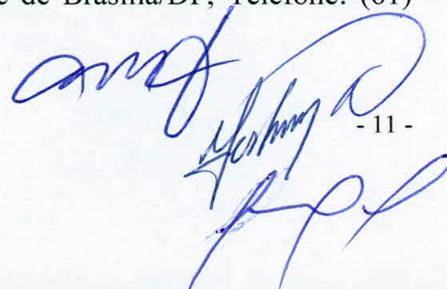
O Contratante providenciará a publicação do extrato deste Contrato, no Diário Oficial da União, nos termos do art. 20 do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

Eventuais correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste Contrato e o assunto específico da correspondência.

Subcláusula Primeira - As comunicações feitas ao Contratante deverão ser endereçadas à Coordenação Geral de Compras e Contratos do Ministério de Minas e Energia, situada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, sala 450-A, CEP 70.065-900, Telefone (61) 2032.5091, Fax (61) 2032.5678.

Subcláusula Segunda - As comunicações feitas à Contratada deverão ser endereçadas à **DISBRAVE – Distribuidora Brasília de Veículos S/A**, situada na SEPN Q.503, Conjunto A, S/N - Parte A, Térreo – Asa Norte –DF, CEP: 70730-510, na cidade de Brasília/DF, Telefone: (61) 3329-9963, Fax: (61) 3329-9810.



- 11 -

Subcláusula Terceira - Eventuais mudanças de endereço ou telefone devem ser informadas por escrito.

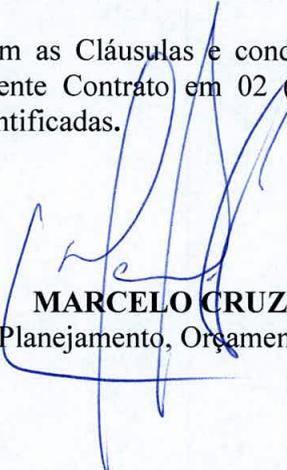
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas no foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo com as Cláusulas e condições expressas neste Instrumento, os contratantes citados firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Brasília, 30 de setembro de 2012.

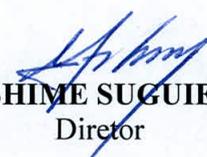
Pelo CONTRATANTE:



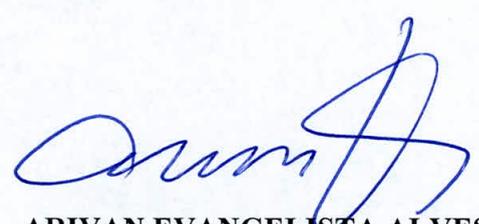
MARCELO CRUZ

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração.

Pela CONTRATADA:

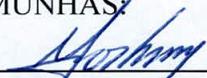


YOSHIME SUGUEDA
Diretor

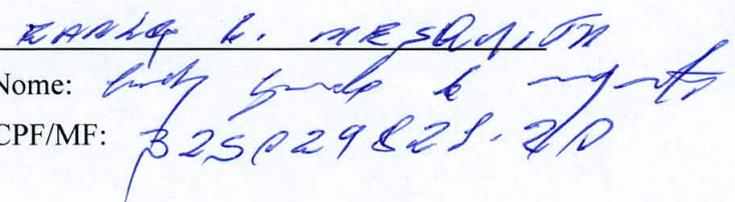


ARIVAN EVANGELISTA ALVES
Gerente Financeiro

TESTEMUNHAS:



Nome: YOSHIME SUGUEDA
CPF/MF: 001.772.451-15



Nome: ARIVAN EVANGELISTA ALVES
CPF/MF: 325029825-20



Art. 12º. Os filmes selecionados pela Comissão de Seleção para compor a Mostra Aurora serão submetidos ao voto da Comissão Julgadora do VIII Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro, denominada Juri da Crítica, quando de sua exibição na 16ª Mostra de Cinema de Tiradentes.

Art. 13º. O Juri da Crítica será composto por até cinco membros, brasileiros ou estrangeiros, críticos de cinema de reconhecido mérito e notório saber no campo cinematográfico, a serem escolhidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pela organização da 16ª Mostra de Cinema de Tiradentes.

Art. 14º. Os membros do Juri da Crítica reunir-se-ão para, em votação individual, eleger o melhor filme nacional dentre aqueles que comporão a Mostra Aurora, com base em critérios artísticos e técnicos.

Parágrafo Único. A fim de premiar os filmes de maior impacto cultural, os critérios artísticos e técnicos a serem considerados serão os seguintes:

(a) Direção: orientação artística geral que caracteriza o conjunto do filme;

(b) Argumento: ideia básica que reúne os elementos da narrativa do filme;

(c) Roteiro: documento narrativo utilizado como diretriz para o filme;

(d) Fotografia: resultado estético do filme no que diz respeito à imagem projetada;

(e) Interpretação: desempenho dos atores do filme na representação de ações dramáticas;

(f) Edição: seleção e ordenamento dos planos do filme.

Art. 15º. O Juri da Crítica divulgará os resultados finais na cerimônia de encerramento e de premiação da 16ª Mostra de Cinema de Tiradentes, em 26 de janeiro de 2013, ocasião em que representante do Ministério das Relações Exteriores anunciará o(s) vencedor(es) do VIII Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro.

Parágrafo Único. A decisão do Juri da Crítica, em cada uma de suas etapas e em quaisquer circunstâncias, é irrecorrível e soberana.

CAPÍTULO V

Da Premiação

Art. 16º. O prêmio ao Melhor Filme de Longa-Metragem será conferido ao(s) realizador(es) do filme laureado. Excepcionalmente, no caso de falecimento do(s) premiado(s) no decorso do ano de realização do filme ou no ano imediatamente anterior, o prêmio poderá ser concedido in memoriam. Nesse caso, a entrega será realizada a procurador legalmente constituído para esse fim entre os herdeiros legais do autor premiado, desconsiderado o prazo fixado no art. 20º deste Regulamento.

Parágrafo Único. Aos responsáveis pelo filme laureado cabe o envio de 3 (três) cópias do mesmo em Blu-Ray ou DVD aos cuidados da Divisão de Promoção do Audiovisual do Ministério das Relações Exteriores - Palácio Itamaraty, Anexo I, Sala 410, CEP 70.170-900, Brasília, DF, de forma a compor acervo do Concurso Itamaraty para o Cinema Brasileiro.

Art. 17º. O valor bruto do prêmio ao Melhor Filme de Longa-Metragem é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 18º. Em caso de empate na votação da Comissão Julgadora, os realizadores dividirão o valor da premiação a que fizerem jus.

Art. 19º. Os valores do prêmio serão pagos ao(s) vencedor(es) em parcela única, em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis contados da divulgação da decisão da Comissão Julgadora.

Art. 20º. O prêmio a que farão jus os vencedores é intransferível e negociável, e terá validade até o dia 31 de dezembro do ano de sua atribuição.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 21º. A falta de cumprimento de qualquer exigência deste regulamento acarretará a automática eliminação do filme concorrente.

Art. 22º. A participação implica a plena aceitação das normas deste edital e o descumprimento de qualquer uma delas acarretará a desclassificação.

Art. 23º. A Comissão Julgadora será competente para dirimir, graciosamente, eventuais dúvidas de interpretação do presente Regulamento.

Art. 24º. Elege-se o Foro de Brasília/DF para dirimir as questões oriundas deste Regulamento.

GEORGE TORQUATO FIRMEZA
Diretor

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR COMITÊ NACIONAL DE ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: 052/2012. Número do Processo: 09149.000077/2012-11. Comodatária: Comitê Nacional de Organização da Rio+20 - CNO Rio+20, CNPJ nº 00.394.536/0234-22. Comodante: Volvo Bus Latin America, CNPJ nº 43.999.424/0001-14. Objeto: cessão de veículos sob o regime de comodato. Vigência: 25/07/2012. Data de assinatura: 08/06/2012.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2012 - UASG 240013

Nº Processo: 09013000340201216. Objeto: Aquisição de terminais telefônicos digitais. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 01/10/2012 de 10h00 às 13h00 e de 15h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios Bl"n" 8 Andar Sala 801 a 805. BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/10/2012 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

RUI BARBOSA LAMIM
Preçoeiro

(SIDEAC - 28/09/2012) 240013-00001-2012NE800001

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 7/2012 - UASG 240010

Nº Processo: 09020000020201218. Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de telefonia a partir de terminais móveis nas modalidades Serviço Móvel Pessoal (SMP), Longa Distância Nacional (LDN), Longa Distância Internacional (LDI), incluindo os serviços de mensageria, acesso à caixa postal, acesso à Internet, roaming internacional automático e o fornecimento de equipamentos em comodato. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 01/10/2012 de 10h00 às 12h00 e de 15h às 17h00. Endereço: Esplanada Dos Ministérios, Pitamaraty, Bloco II, Anexo Ii- 3º Andar, Sala Cgplan, Esplanada Dos Ministérios - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/10/2012 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

JOAO PEDRO CORREA COSTA
Diretor

(SIDEAC - 28/09/2012) 240013-00001-2012NE800001

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2012 - UASG 240009

Nº Processo: 09246001043201211. Objeto: O presente Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, tem por objeto o Registro de Preços de empresas para a prestação do serviço de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de bagagem de servidores do Ministério das Relações Exteriores, na modalidade porta a porta, dentro do território nacional. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 01/10/2012 de 10h00 às 13h00 e de 15h às 17h30. Endereço: Itamaraty - Anexo I 6.º Andar Sala 613 - Esplanada Ministérios BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/10/2012 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

DIEGO DOS SANTOS PEREIRA NUNES
Preçoeiro

(SIDEAC - 28/09/2012) 240009-00001-2012NE800001

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2012 - UASG 320004

Nº Processo: 48000000964201226. PREGÃO SISPP Nº 20/2012 Contratante: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 06071706000120. Contratado: PETRONORTE COMBUSTIVEIS LTDA - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis (Item I-Alcool Etílico hidratado e Item III-Gasolina comum) por demanda para abastecimento dos veículos oficiais do MME - Brasília-DF. Fundamento Legal: Lei Federal 10520/02; Decreto 5450/05; 3555/00; IN/SLTI/MPOG 01/10;IN/SLTI/MPOG 02/08; LC 123/06;Lei 8666/93 e alterações. Vigência: 01/10/2012 a 01/10/2013. Valor Total: R\$191.316,50. Fonte: 134032183 - 2012NE800393. Data de Assinatura: 28/09/2012.

(SICON - 28/09/2012) 320004-00001-2012NE800392

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2012 - UASG 320004

Nº Processo: 48000000964201226. PREGÃO SISPP Nº 20/2012 Contratante: MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA - CNPJ Contratado: 00001388000226. Contratado: DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE VEICULOS/A. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (Item II - Óleo Diesel comum) por demanda, para abastecimento do grupo gerador de energia elétrica emergencial do MME - Brasília-DF. Fundamento Legal: Lei

Federal 10520/02;Decreto 5450/05;IN/SLTI/MPOG 01/10;IN/SLTI/MPOG 02/08;LC 123/06; Lei 8666/93 e suas alterações. Vigência: 01/10/2012 a 01/10/2013. Valor Total: R\$14.696,50. Fonte: 134032183 - 2012NE800394. Data de Assinatura: 28/09/2012.

(SICON - 28/09/2012) 320004-00001-2012NE800392

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTROLE DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

EXTRATO DE CONTRATO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2009. Processo: 48500.004144/2008-96. Objeto: Prestação de serviços técnico-profissionais visando a dar suporte aos trabalhos de competência da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, junto aos agentes concessionários e autorizados para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, nos termos do Edital de Credenciamento n. 1/2009, 10º Sorteio. Contrato nº 283/2012. Contratada: Geitran Consultoria e Planejamento Ltda. CNPJ/MF: 94.059.276/0001-99 - SERVIÇO 1 - Fiscalização de Ativos na Concessionária Sulgipe, com total estimado de 656 Hh. Vigência: 13/09/2012 a 31/12/2012. Data de assinatura: 13/09/2012. Assinam: Ubiratã Bartolomeu Pickrodt Soares, pela Contratante, Fernando La-deira de Oliveira, pela Contratada. Valor: R\$ 105.184,00 (cento e cinco mil e cento e oitenta e quatro reais). Nota de Empenho: 2012NE000985. Contrato nº 285/2012. Contratada: Gouvêa MCFAR Engenharia Comércio e Serviços Ltda. CNPJ/MF: 04.637.111/0001-64 - SERVIÇO 1 - Fiscalização de Universalização na Concessionária Energisa Sergipe, com o total estimado de 368 Hh. Vigência: 12/09/2012 a 31/12/2012. Data de assinatura: 12/09/2012. Assinam: Ubiratã Bartolomeu Pickrodt Soares, pela Contratante, Cyro Barbosa Bernardes, pela Contratada. Valor: R\$ 55.008,00 (cinquenta e cinco mil e oito reais). Nota de Empenho: 2012NE000987. Contrato nº 281/2012. Contratada: FK Consultoria e Serviços de Engenharia SS Ltda. CNPJ/MF: 04.560.260/0001-72 - SERVIÇO 1 - Fiscalização Técnica na Concessionária CEB, com o total estimado de 464 Hh. Vigência: 17/09/2012 a 31/12/2012. Data de assinatura: 17/09/2012. Assinam: Ubiratã Bartolomeu Pickrodt Soares, pela Contratante, Adelar Jorge Kruger, pela Contratada. Valor: R\$ 69.408,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e oito reais). Nota de Empenho: 2012NE000983. Contrato nº 284/2012. Contratada: Cenergel - Consultoria em Sistemas Energéticos Ltda. CNPJ/MF: 02.111.617/0001-00 - SERVIÇO 1 - Fiscalização dos indicadores de Qualidade na Concessionária Cerom, com o total estimado de 464 Hh. Vigência: 21/09/2012 a 31/12/2012. Data de assinatura: 21/09/2012. Assinam: Ubiratã Bartolomeu Pickrodt Soares, pela Contratante, Maria Claudya Brasil Furtado Leite, pela Contratada. Valor: R\$ 69.408,00 (sessenta e nove mil quatrocentos e oito reais). Nota de Empenho: 2012NE000986. Contrato nº 282/2012. Contratada: DATAMAG Engenharia e Consultoria Ltda. CNPJ/MF: 27.967.173/0001-30 - SERVIÇO 1 - Fiscalização Técnica - Auração dos indicadores Dic-Fic - na Concessionária COPEL-DF, com o total estimado de 656 Hh. Vigência: 26/09/2012 a 31/12/2012. Data de assinatura: 26/09/2012. Assinam: Ubiratã Bartolomeu Pickrodt Soares, pela Contratante, Miguel Angelo Henley da Silva, pela Contratada. Valor: R\$ 105.184,00 (cento e cinco mil e cento e oitenta e quatro reais). Nota de Empenho: 2012NE000984. Autorização Legal: Caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93; Art. 16 § 1º do Decreto n. 2.335/1997; e Regulamento de Credenciamento anexo ao Edital de Credenciamento n. 1/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 2/2012 - UASG 323028

Nº Processo: 48500005315201108. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Solução de TI, composta de software de gerenciamento de bibliotecas com suporte técnico, treinamento in company e serviço de migração da base de dados. Total de Itens Licitados: 00004. Edital: 01/10/2012 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h50. Endereço: Sgan 603 Modulo j Ou Sítio: Www.comprasnet.gov.br e Www.aneel.gov.br Asa Norte - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/10/2012 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br.

UBIRATÃ BARTOLOMEU PICKRODT SOARES
Superintendente

(SIDEAC - 28/09/2012) 323028-00001-2012NE800189

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA SETORIAL

AVISO DE ALTERAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 75/2012

Processo: 48500.004575/2012-39. Período para envio: 26/9/2012 a 26/11/2012. Ficam mantidas as demais informações do aviso da referida Audiência Pública. A íntegra deste Aviso está juntada aos autos e disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br na área "A ANEEL" -> menu Audiências/Consultas -> Audiências Públicas -> Audiência Ano 2012.

ALEX SANDRO FEIL
Superintendente